



SOBRE A ESCOLA “SEM” PARTIDO

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ; Ed. da LPP, 2017. 144 p.

Resenhado por: Julia Malanchen¹

Esta coletânea de textos que debatem e analisam a temática do Programa Escola sem Partido criado pelo Projeto de Lei nº 867/2015, é de fundamental importância, para que sejam discutidas por toda a sociedade, questões que atingem diretamente a função do professor, do currículo e da escola pública no Brasil na atualidade. Os nove capítulos que formam este trabalho ressaltam a necessidade da classe trabalhadora aprofundar seus fundamentos teóricos e organização política para resistir e concretizar o enfrentamento aos diferentes ataques que são realizados diuturnamente pela mídia, pelo judiciário, pelo congresso nacional e outras instituições. Outro elemento importante dessa obra é a de que, os diferentes autores nos chamam a atenção para o entendimento da influência de interesses econômicos nacionais e internacionais que incentivam todo esse processo de ataque a liberdade do ensino, contribuindo para a expansão de um pensamento conservador e antidemocrático que tem avançando rapidamente nos últimos tempos em nosso país.

A obra tem início com o texto de Frigotto que é também o organizador da coletânea, ele descreve o panorama em que desaponta a ideologia da Escola sem Partido. O Autor utiliza os elementos da “esfinge”, da mitologia grega, e de “o ovo da serpente”, do filme de Ingmar Bergman para explicitar os perigos da propagação do movimento da escola sem partido. Nesse sentido, nos lembra de fatos da história que foram resultados de ações semelhantes aos desse Movimento. Frigotto nos alerta sobre os perigos e ameaças ao ensino público e o esvaziamento de sua função em seu principal objetivo: a formação e a emancipação humana fundamentada em valores da democracia, e do respeito às diversidades existentes em nossa sociedade. Frigotto destaca: “A pedagogia da confiança e o diálogo crítico são substituídos pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores”. Pois sabe-se que a classe dominante e sua formação conservadora não admitem que a escola e a educação sejam um “[...] confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos[...].” Frigotto encerra afirmando que as forças que compõem e organizam o pensamento da escola sem partido tem apoio em elementos que consolidaram o golpe midiático, parlamentar e jurídico no Brasil. Desse modo ele afirma: “Antes que a esfinge se torne indecifrável e nos devore, cabe acumular energia intelectual e ética e organização política coletiva para, sem medo como fez Édipo da lenda da esfinge, confrontá-la e derrotá-la. Uma tarefa necessária para que haja futuro humanamente suportável em nossa sociedade.”

Na sequência Penna, analisa os meandros ideológicos da linguagem que a Escola sem Partido explicita. O autor realiza uma descrição e análise minuciosa do discurso do PL nº 867/2015 e de páginas online vinculadas a defesa desse movimento. Penna analisa como o



projeto desqualifica os professores e não defende uma concepção de educação, mas sim de escolarização e com isso cria uma distinção entre educar e instruir. Afirma que assim, os idealizadores desse movimento, visam tornar a função do professor esvaziada e mecânica, retirando dessa profissão seu cerne: demonstrar as contradições, apresentar diferentes concepções, explicar os fatos e o desenvolvimento histórico dos mesmos. Penna chama atenção especial para a desqualificação do professor existente tanto no projeto, ele escreve: “Com relação a essa desqualificação do professor, o discurso da Escola sem Partido é bastante explícito: a afirmativa constante de que nenhum pai é obrigado a confiar no professor”. Esse discurso incentiva a perseguição e condenação de professores que estão realizando o que sua profissão direciona, ensinar os conteúdos como eles foram se constituindo historicamente, com lutas e desigualdades sociais. O autor demonstra o PL Escola sem Partido como um projeto que dissemina um discurso que vem sendo compartilhado desde 2004, quando o movimento foi criado. O discurso e as ações incentivadas por esse projeto instalam um “clima de denunciamento” e “um discurso de ódio”.

Espinosa e Queiroz no texto seguinte, escrevem sobre a origem do pensamento que deu base ao movimento Escola sem Partido. Nos chamam a atenção para as armadilhas desse projeto que articula várias instituições da sociedade civil, religiosas e partidos políticos. Esse movimento se afirma fundamentando em um grupo semelhante de iniciativa norte-americana denominada “*No Indoctrination*”, com base em um “suposto apartidarismo para questionar as posturas dos professores em sala de aula”. Em nosso país os autores demonstram como a mídia e setores religiosos evangélicos contribuem para consolidar essa pauta conservadora.

O próximo capítulo de Algebaile destaca “a dispersão provocada pelo programa de ação das forças conservadoras” e, por outro lado, a junção de forças pelos inúmeros encontros de grupos e movimentos para o “reconhecimento analítico do seu caráter, suas funções e seus modos de agir.” Algebaile descreve o que é o movimento da escola sem partido, e explicita o suporte de “ramificação progressiva desse movimento junto a setores da mídia e a segmentos religiosos, parlamentares, político-partidários e acadêmicos”.

No capítulo escrito por Ramos, são aprofundados aspectos fundamentais das práticas pedagógicas concernentes ao ato de educar e sua relação com a sociedade. Os defensores do movimento Escola sem Partido, segundo a autora, são considerados autoritários e sem ética em relação aos professores e por detrás de um discurso “neutro” propõe ações repressoras, violentas, de perseguição e criminalização dos profissionais da educação. A proposta é de uma “escola partida” entre a educação e a política, como se o movimento já não estivesse tomado por ideologias violentas e retrógradas. Com isso Ramos enfatiza a desigualdade na socialização do conhecimento e que no Brasil continuamos a ter uma escola para ricos e outra para pobres. Com essa divisão os filhos da classe trabalhadora são prejudicados na formação de um pensamento autônomo.

Mattos e um grupo de pesquisadores da UERJ, escrevem sobre a necessidade de combate ao movimento da escola sem partido. Informam aos leitores a gênese da expansão do programa para sete estados brasileiros, o Distrito Federal e inúmeros municípios. Demonstram como esse projeto foi debatido nestes espaços. Explicitam o não respeito a pluralidade de ideias e questões de gênero e apontam o livro didático como um dos principais alvos da ofensiva conservadora e preconceituosa.



Martins, Cunha e Bicalho, tem como objetivo em seu texto “saber quais as práticas que estão se aproveitando do discurso de cuidado para controlar e dominar o outro, para dizer ao outro como ele deve ser e viver para satisfazer e não atrapalhar o grande senhor: o mercado”. Abarcam a questão do silenciamento do professor, e os perigos da escola da mordaza. Observam dois movimentos dentro dos espaços escolares: um com professor e alunos aderindo a manifestações contra a doutrinação marxista que demonstra a alienação presente nessa formação e por outro lado uma escola que somente reproduza interpretação de que os fracassos são resultados das subjetividades e da meritocracia e não das condições de desigualdades existentes em nossa sociedade.

Souza e Oliveira escrevem sobre a diferença entre doxa e logos e a legislação educacional. Afirmam que “A escola é a instituição social para quem o Estado delega a função de desenvolver tanto o conhecimento filosófico quanto o científico; ou, em outras palavras, a escola é o lugar do logos, da razão”. O projeto da escola sem partido difunde uma interpretação equivocada entre religião e ciência. Reafirmam que cabe à escola apresentar as diferentes correntes de pensamento (iluminismo, marxismo, liberalismo, nazismo, monarquismo etc.) e levar os alunos à compreensão crítica, e a aquisição do pensamento autônomo.

Fechando a coletânea temos o texto de Orso que faz a discussão e a defesa de que precisamos de um novo projeto político pedagógico, com total reestruturação curricular que recupere o estudo e compreensão das principais categorias do método materialista histórico e dialético. O autor defende que precisamos buscar uma organização que supere a miséria teórica e educacional em que estamos inseridos. O autor denuncia o esvaziamento da escola pública, do currículo e da formação e valorização dos profissionais da educação que vem acontecendo nos últimos anos. Destaca que no espaço escolar: alunos e professores são trabalhadores explorados e dominados. Defende que devemos conhecer e compreender as lutas do passado para entender a sociedade da atualidade. O autor afirma que uma “sólida formação teórica é indispensável a uma prática consequente”.

Por fim, a atualidade e a relevância da temática, do livro aqui resenhado é imensurável, além das inquietações que dele emergem. Num quadro de contínuas reformas na educação, de propostas impositivas dos governantes e, por outro lado, movimentos em defesa da liberdade de ensino e da melhoria das condições de trabalho e qualidade na educação básica e superior, este livro nos ajuda a compreender as origens do movimento escola sem partido, como o mesmo tem sido disseminado no país e as estratégias devemos utilizar para que a escola não seja tomada por esse discurso autoritário, conservador e que dissemina o esvaziamento do conhecimento científico e filosófico dos currículos por um pseudoconhecimento. Uma valiosa coletânea que devem ser acessada e lida por todos os pais, professores e estudantes das escolas em nosso país para que não retornemos a barbárie na história da humanidade.



Notas

¹ Professora Adjunta no curso de pedagogia e no Programa de pós-graduação em ensino na UNIOESTE de Foz do Iguaçu. Membro do grupo de pesquisa HISTEDOPR na Unioeste e Grupo de estudos marxistas em educação da UNESP – Araraquara. Pós-doutoranda no Institute of Education na University College London 2017-2018.

Submetido em: 13/11/2017

Aprovado em: 13/12/2017